

CONFLITO ISRAEL-PALESTINA SOB AS LENTES DA GEOGRAFIA ESCOLAR

Francisco Fernandes Ladeira¹

RESUMO: No final de 2023, os ataques realizados por grupos palestinos, comandados pelo Hamas, no sul de Israel, e a posterior reação do Estado de Israel, foram os principais assuntos da agenda pública global. No Brasil, a geopolítica palestina movimentou os noticiários internacionais da grande imprensa, as conversações cotidianas e as redes sociais. Diante dessa realidade, este artigo apresenta uma proposta de análise sobre o conflito Israel-Palestina a partir dos conhecimentos, conteúdos e conceitos trabalhados no ensino de Geografia na educação básica. Como procedimento metodológico, adotou-se a “revisão bibliográfica”, a partir de estudos que abordam conceitos e conteúdos trabalhados na Geografia Escolar. Apesar de a Geografia não esgotar as possibilidades de se compreender a geopolítica palestina (haja vista que outras disciplinas presentes na matriz curricular também podem contribuir para o debate), consideramos que este campo do conhecimento oferece um importante referencial teórico para as discussões sobre questões-chave da geopolítica palestina, como o expansionismo territorial israelense e a aspiração do povo palestino em formar seu próprio Estado Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Sionismo; Estado Nacional; Povo; Discursos.

ISRAEL-PALESTINE CONFLICT UNDER THE LENS OF SCHOOL GEOGRAPHY

ABSTRACT: At the end of 2023, the attacks carried out by Palestinian groups, led by Hamas, in southern Israel, and the subsequent reaction by the Israel State, were the main issues on the global public agenda. In Brazil, Palestinian geopolitics influenced international news in the mainstream press, everyday conversations and social media. Given this reality, this article presents a proposal for analysis of the Israel-Palestine conflict based on the knowledge, content and concepts used in the teaching of Geography in basic education. As a methodological procedure, a “bibliographic review” was adopted, based on studies that address concepts and content worked in School Geography. Although Geography does not exhaust the possibilities of understanding Palestinian geopolitics (given that other disciplines present in the curriculum can also contribute to the debate), we consider that this field of knowledge offers an important

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-graduando em Jornalismo pela Faculdade Iguazu. E-mail: ffernandesladeira@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0004-8384>.

theoretical framework for discussions on key issues of Palestinian geopolitics, such as Israeli territorial expansionism and the aspiration of the Palestinian people to form their own National State.

KEYWORDS: Territory; Zionism; National State; People; Speeches.

EL CONFLICTO ISRAEL-PALESTINA BAJO LA LENTE DE LA GEOGRAFÍA ESCOLAR

RESUMEN: A finales de 2023, los ataques perpetrados por grupos palestinos, liderados por Hamás, en el sur de Israel, y la posterior reacción del Estado de Israel, fueron los principales temas de la agenda pública global. En Brasil, la geopolítica palestina influyó en las noticias internacionales en la prensa convencional, las conversaciones cotidianas y las redes sociales. Ante esta realidad, este artículo presenta una propuesta de análisis del conflicto palestino-israelí a partir de los conocimientos, contenidos y conceptos utilizados en la enseñanza de la Geografía en la educación básica. Como procedimiento metodológico se adoptó una "revisión bibliográfica", basada en estudios que abordan conceptos y contenidos trabajados en la Geografía Escolar. Si bien la Geografía no agota las posibilidades de comprender la geopolítica palestina (dado que otras disciplinas presentes en el plan de estudios también pueden contribuir al debate), consideramos que este campo de conocimiento ofrece un marco teórico importante para las discusiones sobre temas clave de la geopolítica palestina, como como el expansionismo territorial israelí y la aspiración del pueblo palestino de formar su propio Estado Nacional.

PALABRAS CLAVE: Território; Sionismo; Estado Nacional; Pueblo; Discursos.

INTRODUÇÃO

Em 7 de outubro de 2023, o grupo que comanda politicamente a Faixa Gaza, Movimento da Resistência Islâmica (Hamas) – em conjunto com outras duas organizações palestinas, Jihad Islâmica e a Frente Popular para a Libertação da Palestina – promoveu uma ofensiva surpresa contra cidades localizadas ao sul de Israel.

A ação – conhecida por Operação Dilúvio Al-Aqsa (em alusão à Mesquita localizada em Jerusalém) – teve como saldo 1400 mortos. No entanto, segundo Blumenthal (2023), pelo menos uma centena desses óbitos ocorreram devido a trocas de tiros no kibutz de Be’eri, entre os militantes palestinos e o Exército Israelense (que chegou a atirar indistintamente em direção a civis).

No Brasil, diferentemente de outras questões internacionais (que geralmente atraem as atenções somente de especialistas), estes acontecimentos tiveram grande repercussão midiática (tanto nos grupos de comunicação hegemônicos, quanto na chamada imprensa alternativa), pautaram conversações cotidianas país afora e foram temáticas de múltiplos e acalorados debates nas principais redes sociais.

No Google Trends – ferramenta virtual que apresenta os termos mais pesquisados por brasileiros no Google desde 2004 – foi registrado um “aumento repentino” de buscas pelas palavras “Hamas”, “Israel”, “Palestina”, “Faixa de Gaza”, “Cisjordânia” e “Netanyahu”, o que demonstrou um interesse dos internautas em obter mais informações sobre a geopolítica palestina.

Na cobertura da imprensa hegemônica brasileira (Rede Globo, Rede Record, GloboNews, Estado de São Paulo e Revista Veja, entre outros), nitidamente favorável ao Estado de Israel, as ações dos grupos palestinos contra Israel não tiveram “causas”, somente “consequências”, ou seja, retirou-se a historicidade da conturbada relação entre palestinos e israelenses (que remete ao início do século XX, quando intensificaram as migrações de judeus para a região da Palestina, então sob domínio do Império Turco-Otomano, onde a população árabe palestina já estava estabelecida há mais de um milênio).

Sendo assim, boa parte do público (cujas únicas informações sobre questões geopolíticas têm como origem a imprensa hegemônica) foi levada a uma visão distorcida, fragmentada e simplificada sobre o acontecimento de 7 de outubro, constituindo o mecanismo de manipulação midiática definido por Abramo (2006) como “padrão de indução”, em que o leitor/ouvinte/telespectador/internauta, sem outras fontes que possam se contrapor aos discursos dos noticiários internacionais, tende a ser “induzido a ver o mundo como ele não é, mas sim como querem que ele o veja” (Abramo, 2006, p.49).

Por outro lado, diante da incomum presença de uma temática geopolítica no debate público nacional, muitos estudantes ainda reconheciam em seus professores referenciais confiáveis para melhor compreender os fatos que ocorriam na Palestina (sobretudo aqueles docentes que lecionam na área de Ciências Humanas). Isso posto, consideramos ser importante que o professor aborde em sala de aula temáticas presentes na Geografia Escolar que estão em pauta nos diferentes veículos de comunicação (a partir dos conhecimentos da referida disciplina).

Sendo assim, este artigo apresenta uma proposta de análise sobre os principais acontecimentos do histórico conflito Israel-Palestina a partir dos conhecimentos, conteúdos e categorias-chave trabalhados no ensino de Geografia na educação básica.

Para melhor exposição de nossa temática de estudo, organizamos este texto em mais cinco tópicos: “Metodologia”, “O mito sionista de que a Palestina seria ‘uma terra sem povo’”, “Criação do Estado de Israel e disputas territoriais”, “Conflito Israel-Palestina após 7 de outubro” e “Considerações Finais”.

METODOLOGIA

O estudo científico é um processo sistemático, que busca adquirir conhecimento, gerar novas descobertas e aprofundar a compreensão em um determinado campo. Nesse sentido, existem diferentes metodologias de pesquisa, que podem ser utilizadas isoladamente ou combinadas, dependendo dos objetivos, da natureza do problema investigado, do contexto, dos recursos disponíveis e da natureza dos dados obtidos pelo pesquisador.

Em relação a aspectos metodológicos, este trabalho pode ser caracterizado como “revisão bibliográfica”, abordagem que consiste em visitar conteúdos publicados por outros autores sobre um objeto de estudo específico. Tais informações estão disponíveis em anais de eventos, livros, monografias, artigos acadêmicos, capítulos de livros científicos, dissertações de mestrado, teses

de doutorado, matérias de jornais impressos, revistas e/ou textos presentes na internet.

A realização de uma revisão bibliográfica eficaz envolve, pelo menos, duas etapas bem definidas. Inicialmente, é de fundamental importância delimitar claramente o tema de estudo e estabelecer os seus objetivos. Em seguida, a busca por fontes relevantes – isto é, a seleção criteriosa dos materiais a serem incluídos na revisão – é realizada em bases de dados acadêmicas, bibliotecas, catálogos *online* e outras fontes especializadas (Gil, 2002).

Assim, no decorrer deste artigo, procuramos estabelecer diálogos pertinentes entre a bibliografia utilizada (relacionada aos conceitos, conhecimentos e categorias presentes na Geografia Escolar) e os principais acontecimentos da geopolítica palestina.

O MITO SIONISTA DE QUE A PALESTINA SERIA “UMA TERRA SEM POVO”

No senso comum e em alguns discursos midiáticos, ainda é bastante reverberada a falsa premissa de que os focos de tensão na Palestina decorrem de uma secular rivalidade entre as religiões muçulmana e judaica. Seguindo essa linha de raciocínio, para Heker, citado por Kobayashi (2018), o conflito entre palestinos e judeus, apesar de atual, é consequência de uma longa história de desavenças religiosas, que se agravaram ainda mais com o surgimento do islamismo no século VII. Já um ditado, cuja autoria é desconhecida, diz: “Tudo separa os árabes, somente o ódio aos judeus os une.”

No entanto, a partir do conceito de “povos do Livro”, o Alcorão – principal referencial de conduta para os muçulmanos – estabelece que judeus, tal como os cristãos, são seguidores de religiões autênticas e devem ter suas crenças, rituais e costumes respeitados. Além disso, conforme demonstra a bibliografia especializada (Salem, 1982; Schoenman, 2008; Said, 2012; Pappe, 2016), até a Declaração Balfour, de 1917, que acelerou o processo de imigração judaica para a Palestina, incentivada pela promessa britânica da criação de um Estado Judaico,

não havia na região um ódio organizado contra os judeus por parte dos palestinos; sendo a convivência entre ambas as populações, de modo geral, harmoniosa².

Dessa forma, o conflito entre israelenses e palestinos não tem origem religiosa, mas se trata de uma disputa por *território*, conceito-chave da ciência geográfica, apresentado por Raffestin (1993) como recorte espacial definido e delimitado por meio da análise das relações de poder.

Compreender o Estado de Israel, suas disputadas territoriais com os palestinos, requer reconhecer sua base ideológica: o sionismo. Surgido na Europa, no final do século XIX, esse movimento tinha por objetivo a criação de um Estado Nacional judaico no território onde historicamente supostamente tenha existido o antigo Reino de Israel (área então ocupada pelos palestinos, sob domínio do Império Turco-Otomano, como já dito). Tal aspiração era resumida no *slogan*: “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Nas palavras de Theodor Herzl, fundador do sionismo político:

Para a Europa construiríamos na região [Palestina] uma parte da muralha contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Permaneceríamos, como Estado neutro, em relação constante com toda Europa, que deveria garantir nossa existência (Herzl, 1998, p. 96).

A premissa “uma terra sem povo para um povo sem terra”, como mito fundador do Estado de Israel, não tem respaldo na realidade³. Desde meados do século VII, a história da Palestina esteve intimamente ligada aos mundos árabe e muçulmano (com um breve intervalo durante o período medieval, quando foi conquistada pelos cruzados cristãos). Antes da ascensão do sionismo, na última

² Estudo conduzido por cientistas europeus, israelenses e africanos, que coletou cromossomos de mil e trezentos homens árabes e judeus, em mais de trinta países, constatou que as duas populações possuem DNA idêntico. Isso significa que são geneticamente semelhantes, descendendo de uma mesma tribo que viveu no Oriente Médio por volta de 4000 a.C (Starobinas; Farah, 2000).

³ Mais à frente veremos que o Estado de Israel foi fundado em 1948, após a divisão da Palestina pela Organização das Nações Unidas (ONU) em dois estados: um judeu e um árabe (sendo que este último ainda não se tornou realidade).

década do século XIX, conforme apontam registros otomanos, pouco mais de quatrocentas e sessenta mil pessoas residiam na Palestina, sendo 87% da população composta por árabes/muçulmanos, 10% árabes/cristãos e 3% judeus (Mendel, 2014; Pappe, 2022).

De acordo com Pappe (2022), o movimento sionista recorreu a uma falsa narrativa geográfica para justificar a criação de um Estado Nacional judaico na região da Palestina:

Segundo esta narrativa, em 1800 a Palestina havia se tornado um deserto onde fazendeiros que não eram do lugar cultivavam, de alguma maneira, a terra ressequida que não lhes pertencia. Essa mesma terra parecia ser uma ilha, de considerável população judaica, governada de fora pelos otomanos e sofrendo nas mãos de projetos imperiais predatórios que privavam o solo de sua fertilidade. A cada ano a terra se tornava mais estéril, o desmatamento avançava e as terras aráveis se transformavam em deserto (Pappe, 2022, p. 28).

Conforme mencionado por Pappe (2022, p. 28), utilizando-se de rigoroso procedimento de revisão bibliográfica, “ao longo dos séculos, a Palestina, longe de ser um deserto, era uma próspera sociedade árabe – de maioria muçulmana, predominantemente rural, mas com centros urbanos fervilhantes”. Sendo assim, a partir de conceitos e conteúdos trabalhados na Geografia Escolar – como “espaço urbano”, “espaço rural”, “comércio”, “indústria”, “densidade demográfica” e “índice pluviométrico” – podemos desconstruir a falaciosa premissa de “uma terra (inóspita) sem povo”, aplicada à Palestina antes do início da onda migratória judaica impulsionada pelo movimento sionista.

Em relação à infraestrutura, ao desenvolvimento econômico e às condições fisiográficas da Palestina, no final do século XIX, este autor escreveu:

Longe de viver sitiado ou isolado, o povo palestino tinha grande exposição a interações com outras culturas por integrar o amplo Império Otomano. [...] Nas mãos de enérgicos governantes locais como Daher al-Umar (1690– 1775), as cidades de Haifa, Shefa-Amr, Tiberíades e Acre foram reformadas e revigoradas. A rede costeira de portos e cidades teve um crescimento estrondoso graças a suas

conexões comerciais com a Europa, enquanto as planícies do interior praticavam comércio terrestre com regiões próximas. O oposto exato de um deserto, a Palestina era parte florescente de Bilad al- Sham (a terra do Norte), ou do Levante da época. Ao mesmo tempo, uma rica agroindústria, pequenos vilarejos e cidades históricas atendiam uma população de meio milhão de pessoas às vésperas da chegada dos sionistas (Pappe, 2022, p. 28-29).

Corroborando as palavras de Pappe (2022), dados mencionados por Rabah (2023), baseados em um censo britânico, indicam que, em 1992 a Palestina era uma região bastante povoada, apresentando densidade demográfica de 38,7 habitantes por quilômetro quadrado (hab./km²)⁴. Ainda de acordo com este autor, a precipitação pluviométrica média na Palestina é de 513 milímetros cúbicos anuais (em algumas regiões esses índices atingem 900 milímetros), fator que refuta o discurso sionista sobre uma Palestina “inóspita”⁵.

Por outro lado, a proposta sionista sobre o Estado Judaico na Palestina constituir uma “sentinela avançada da civilização europeia contra a barbárie asiática” (somado ao processo de expansão territorial israelense que será abordado no próximo tópico) nos leva a concordar com Davis (2004), Schoenman (2008), Buzetto (2015) e Pappe (2016, 2022) que Israel não é a expressão de “libertação nacional do povo judeu”, mas um projeto “colonialista de povoamento” que, apesar das formas específicas, possui similaridade com aqueles colocados em prática pelos europeus na América Anglo-Saxônica, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Nesse sentido, Said (2012, p. 105) argumenta que “sionismo e o

⁴ A título de exemplo, Brasil e China apresentam indicadores inferiores – 4 hab./km² e 30 hab./km², respectivamente.

⁵ A narrativa da Palestina como uma “terra inóspita” também sustentou o discurso sionista de que somente uma população “avançada”, nos moldes da civilização europeia, poderia vencer os obstáculos impostos pelo meio físico naquela região e construir uma “nação desenvolvida”. Essa premissa dialoga com a chamada “escola possibilista”, corrente do pensamento geográfico, criada por Paul Vidal de la Blache, que considera o homem, como ser racional, um elemento ativo e, portanto, com totais condições de modificar o meio natural e adaptá-lo segundo suas necessidades. Posteriormente, o “possibilismo geográfico” foi acusado de ser uma forma de legitimar academicamente os interesses do expansionismo francês, sobretudo no continente africano (Diniz Filho, 2009).

imperialismo europeu têm visões epistemologicamente, portanto histórica e politicamente, correspondentes a respeito dos residentes nativos”.

O colonialismo pode ser descrito como o movimento de europeus para diferentes partes do mundo, criando novas nações “brancas” [...]. Essas nações só podiam ser criadas se os colonizadores empregassem duas lógicas: a da eliminação (livrar-se dos nativos por todos os meios possíveis, inclusive o genocídio) e a da desumanização (considerar os não europeus inferiores e, portanto, indignos dos mesmos direitos que os colonizadores). Na África do Sul, essa lógica dupla levou à criação do sistema de apartheid, fundado oficialmente em 1948, mesmo ano em que o movimento sionista traduziu as mesmas lógicas em uma operação de limpeza étnica na Palestina [...] Ao contrário dos projetos coloniais convencionais, conduzidos a serviço de um império ou país matriz, os colonos eram uma espécie de refugiados que buscavam não só uma casa, mas uma pátria. O problema é que as novas “pátrias” já eram habitadas por outras pessoas. Em resposta, as comunidades de colonos argumentavam que a nova terra era sua por direito divino ou moral [...] Em muitos casos, o método aceito para transpor esses obstáculos era o genocídio dos nativos locais (Pappe, 2022, p. 67, 174).

A partir das discussões levantadas neste tópico, consideramos oportuno que os adeptos da chamada “Geografia Decolonial” (que visa se contrapor ao “colonialismo”), defendida por autores como Marcelino (2021) e Melo (2023), incluam, em suas pesquisas acadêmicas e práticas pedagógicas, algumas reflexões sobre a política do Estado de Israel em relação ao povo palestino. Como visto, tais práticas comprovam que o colonialismo – em suas múltiplas facetas: limpeza étnica, desumanização do outro, segregação, criação de cidadãos de segunda classe e a negação do direito de autodeterminação dos povos – não é apenas um conteúdo presente nos livros de História, que remete a séculos longínquos; se trata de uma realidade ainda muito viva na Faixa de Gaza e Cisjordânia.

CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E DISPUTAS TERRITORIAIS

Como apresentado no tópico anterior, a partir da segunda metade do século XIX, inspirados pelo movimento sionista, grandes fluxos migratórios de judeus seguiram em direção à Palestina (há séculos ocupada pelos árabes palestinos). Em 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial e o colapso do Império Turco-Otomano, a Palestina passou a ser possessão da Grã-Bretanha, que promoveu uma administração claramente favorável à comunidade judaica (em detrimento da população palestina).

O imperialismo britânico promoveu a desestabilização econômica da economia nativa palestina. O governo do Mandato deu ao capital judeu um status privilegiado, atribuindo-lhe 90% das concessões na Palestina. Isso permitiu que os sionistas conseguissem controlar a infra-estrutura econômica da região (projetos de estradas, minerais do Mar Morto, eletricidade, portos etc.). Por volta de 1935, os sionistas controlavam 872 das 1.212 empresas industriais da Palestina. As importações destinadas a indústrias sionistas estavam isentas de impostos. Foram promulgadas leis trabalhistas discriminatórias contra a força de trabalho árabe, que provocaram um grande desemprego e subcondições de vida para os que conseguiam trabalho (Schoenman, 2008, p. 66).

Incapazes de resolver os crescentes conflitos entre palestinos e judeus, os britânicos transferiram para a ONU a tarefa de se definir a futura divisão territorial da Palestina. Então, em 1947, a recém-criada instituição internacional propôs a partilha da Palestina em dois estados: Israel (Estado Judaico) e Palestina (Estado Árabe). Jerusalém, por sua importância histórica e religiosa para cristãos, muçulmanos e judeus adquiriu status de área internacionalizada.

Na época, cerca de 700 mil judeus e 1 milhão e 400 mil árabes habitavam a Palestina. O Estado judeu ficaria com 56,4% do território, o palestino com 42,9%, e 0,7%, corresponderiam à cidade de Jerusalém, que seria administrado pela ONU (conforme apresentado na imagem a seguir). “Além de receber a maior parte do território palestino, o Estado judeu ficou com as terras mais férteis” (Buzetto, 2015, p. 51).

Figura 1 – Plano da ONU de partilha da Palestina

Fonte: BBC Brasil (2023).

Em 15 de maio de 1948, foi proclamada a independência de Israel. Por outro lado, os países árabes declaravam guerra ao recém-criado Estado. Após o primeiro grande conflito contra os árabes, Israel ampliou seu território para além das fronteiras promulgadas pela ONU (passando de 56,4% para 75% da Palestina). Porções do território destinados ao Estado palestino foram anexados pelo Egito (Faixa de Gaza) e Jordânia (Cisjordânia). Assim, o Estado palestino era “riscado do mapa”. Além disso, 780 mil palestinos foram expulsos de suas terras pelo Estado de Israel, caracterizando o fenômeno demográfico que, em Geografia Escolar, classificamos como “migração forçada”, movimento populacional que ocorre quando indivíduos são obrigados ao deslocamento do seu “lugar de origem”, ou seja, aquilo que Adas e Adas (2018, p. 26) definem como “o espaço repleto de afetividade, um local de vivência, uma localização familiar para um grupo social, que assume grande importância e significado”.

Sobre esta questão, Moraes (1988; 2002) enfatiza que o conceito de “território” não deve ser concebido apenas em sua dimensão material, ou seja, nas formas de apropriação/produção do espaço pelo Estado e pelas atividades

produtivas; mas também por sua *dimensão imaterial*, da construção ideológica e do imaginário territorial referente aos *discursos e práticas de identidade nacional e de identidades regionais*.

Nesse sentido, podemos inferir que a ausência de um Estado Nacional Palestino – cuja posse de um território é condição *sine qua non* – não diz respeito apenas ao exercício do poder em um espaço delimitado (princípio da autodeterminação). Consiste também na perda do povo palestino de seus referenciais, vínculos familiares, raízes históricas seculares e laços de identidade com sua terra natal. Não por acaso, os palestinos usam o termo *Al Nakba* (“catástrofe” ou “tragédia”, em árabe), em referência à ocasião em que foram expulsos de suas terras por Israel:

A partir de 1948, com a, suposta, “Guerra de Independência” de Israel ou “Yom HaAtzmaut”, evento que pelo povo Palestino fora denominado Al-Nakba, 80% da população palestina foi forçada a se retirar do território, abandonando seus lares, trabalhos, escolas e, em muitos casos, inclusive familiares, se deslocando a outros países, onde nem sempre foram bem acolhidos. Muitos destes palestinos foram deslocados para campos de refugiados, com péssimas condições de vida, o que inclui ausência de saneamento básico e fornecimento de água e comida. [...] A partir desse processo, a identidade palestina se desenvolveu em meio a questões conflituosas envolvendo território, nação, etnia e martirização. A Al-Nakba é fundamental para o entendimento da “palestinidade”. [...] O sentimento de pertencimento nacional fomentou-se, principalmente, mas não somente, a partir do exílio – para além das experiências individuais – uma coletividade desenvolvida a partir das experiências sofridas nos processos de diáspora e refúgio. (Caramuru, 2015, p. 13, 19-20).

Em 1967, no conflito conhecido como Guerra dos Seis Dias, Israel anexou os territórios palestinos ocupados pelos países árabes: Cisjordânia (incluindo a porção oriental da cidade de Jerusalém) e Faixa de Gaza. Na ocasião, o Estado Sionista também se apossou das Colinas de Golã (Síria) e da Península do Sinai (Egito). Doravante, 100% do território palestino que constava na partilha original

da ONU passava a ser de domínio israelense (como apontado na imagem a seguir).

Figura 2 – Territórios ocupados por Israel após a Guerra dos Seis Dias (1967)



Fonte: BBC Brasil (2023).

Para Bulbul (2018), levando em consideração o histórico das políticas seguidas por Israel desde a sua fundação, bem como as políticas atuais na região da Palestina, é patente que este país segue uma agenda agressiva. Dessa forma, a expressão “segurança de Israel” é utilizada essencialmente para justificar práticas expansionistas seguidas pelo Estado Sionista desde 1948. Em outros termos, a expressão “segurança de Israel” é um eufemismo para “expansionismo de Israel”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Buzetto (2015, p. 163) nos chama a atenção que, independentemente do direcionamento ideológico do partido que estiver no poder, a postura israelense em relação à Palestina não sofrerá alterações em sua essência:

Quem governa Israel desde 1948 são membros de partidos sionistas, e o sionismo tornou-se um movimento nacionalista conservador, antidemocrático e racista. Até a ONU já aprovou resolução considerando o sionismo como uma forma de racismo. Uma das características principais do sionismo é o expansionismo/militarismo. Querem construir na Palestina o Eretz Israel (Grande Israel). Seja o Partido Trabalhista, o Social-Democrata, o Likud,

todos os partidos que governaram Israel realizam políticas expansionistas. Em todos os governos israelenses ocorreram prisões ilegais, tortura e assassinato de palestinos, tomada de terra/território palestino por colonos judeus sionistas ou pelo governo de Israel, proibição ao retorno dos refugiados, bombardeio contra população civil etc.

Conforme denúncia Schoenman (2008), em 1938, portanto uma década antes da criação do Estado de Israel, David Ben-Gurion (futuro primeiro-ministro de Israel, entre 1948 e 1963) já formulava claramente a estratégia sionista para a Palestina:

Quando nos convertermos em uma força com peso, como resultado da criação de um Estado, aboliremos a partilha e nos expandiremos para toda a Palestina. O Estado será somente uma etapa na realização do sionismo e sua tarefa é preparar o terreno para nossa expansão. O Estado terá de preservar a ordem, não através da pregação, mas sim com as metralhadoras (Ben-Gurion, 1938 Apud. Schoenman, 2008, P. 76-77)⁶.

Ainda sobre esta questão, em 1982, foi publicado no jornal do Departamento de Informação da Organização Sionista o artigo intitulado “Uma estratégia para Israel nos anos 1980”, escrito por Oded Yinon. O texto – que “reflete o pensamento dos estratos mais elevados do *establishment* militar e da inteligência israelense” (Schoenman, 2008, p. 193) – esboçava um calendário para que Israel se convertesse numa potência imperial regional em base à dissolução dos Estados árabes. Nas palavras de Yinon, citado por Schoenman (2008, p. 206):

Dentro de Israel a distinção entre as áreas de 1967 e os territórios de 1948 nunca significou coisa alguma para os árabes e atualmente já não significa nada para nós [...] A dispersão da população é, portanto, um objetivo estratégico interno e de primeira ordem; de

⁶ Essas ideias de Ben-Gurion estavam presentes no “Plano Dalet”, que almejava expulsar todos os árabes palestinos da Palestina, por qualquer meio possível, para impor um Estado exclusivamente judeu em toda a região. De acordo com Pappé (2016), os conhecimentos geográficos foram essenciais para a execução desse projeto, por meio de um meticuloso mapeamento de todos os vilarejos palestinos (urbanos e rurais), registrando detalhes precisos como localizações topográficas de cada vila, suas vias de acesso, qualidade da terra, nascentes de água, principais fontes de renda, composição sociopolítica, filiações religiosas, nomes de líderes comunitários, relações com outros vilarejos e idade da população masculina.

outro modo não existiríamos em nenhum território. Judéia, Samaria e Galiléia são nossa única garantia de existência nacional e se não chegarmos a ser maioria nas áreas montanhosas não poderemos dominar o país e seremos como os integrantes das Cruzadas, que perderam este país que de qualquer forma não era deles e no qual, para começar, eram forasteiros. Não há hoje objetivo mais elevado nem mais central do que reequilibrar o país demográfica, estratégica e economicamente.

Nas décadas seguintes à Guerra dos Seis Dias, mesmo com a devolução da Península do Sinai ao Egito (1979), a retirada de Israel do território de Gaza e de pequenos assentamentos do norte da Cisjordânia (2005), e a concessão de uma certa autonomia política à Palestina (sob o comando do Fatah, na Cisjordânia, e do Hamas, na Faixa de Gaza), Israel continuou a exercer um rígido controle sobre todo o território palestino, o que é exemplificado nas limitações da mobilidade espacial dos palestinos na Cisjordânia e no enclausuramento da população de Gaza, considerada a maior “prisão a céu aberto” do planeta.

CONFLITO ISRAEL-PALESTINA APÓS 7 DE OUTUBRO DE 2023

No conturbado contexto da geopolítica palestina (esboçado nos tópicos anteriores), em 7 de outubro de 2023, ocorreu uma série de ataques coordenados no sul de Israel, conduzidos pelo Hamas. Os ataques começaram no início da manhã, com o lançamento de foguetes em direção a Israel. Posteriormente, militantes palestinos romperam a barreira que separa Gaza e Israel, atacaram bases militares no território vizinho e mataram civis em comunidades israelenses. Soldados israelenses e civis foram levados como reféns para a Faixa de Gaza. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores de Israel, mil e quatrocentas pessoas foram mortas na ocasião (Deutsche Welle Brasil, 2023; Mckernan, 2023; O Globo, 2023).

Segundo membros do Hamas, a ação tinha três objetivos. Primeiro, reafirmar o direito do povo palestino a uma pátria; direito eclipsado pelos

“Acordos de Abraão”⁷. Em segundo lugar, libertar os mais de 10.000 palestinos mantidos prisioneiros por Israel (a maioria sem acusação de qualquer crime e sem nenhuma observância do princípio do devido processo judicial). Já o terceiro objetivo era recuperar a santidade da Mesquita Al Aqsa, em Jerusalém – terceiro lugar mais sagrado do Islã, repetidamente profanado pelas forças de segurança israelenses (Ritter, 2023).

Para Gilad Erdan, embaixador de Israel na ONU, os ataques “sem precedentes”, realizados pelo Hamas e outras organizações palestinas, podem ser considerados como o “11 de setembro israelense” – em alusão ao ataque promovido pela Al Qaeda contra os Estados Unidos, no ano de 2001, quando dois aviões se chocaram contra as Torres Gêmeas do World Trade Center, ocasionando quase 3000 óbitos (Vacchiano, 2023).

Por outro lado, a reação de Israel ao ataque comandado pelo Hamas foi desproporcional. Sob o pretexto de combater o grupo, considerado “terrorista”, os bombardeios israelenses atingiram hospitais, edifícios residenciais, escolas e universidades, entre outros alvos civis na Faixa de Gaza. Também foi bloqueado o acesso à comida, remédios, combustíveis, internet e água aos palestinos. Em apenas um mês de ataques foram contabilizadas 10 mil mortes. Tal cenário levou o grupo de direitos humanos Anistia Internacional a classificar as ações israelenses em Gaza como “punição coletiva”, prática proibida pelo Direito Internacional (Sharma, 2023).

No período de escrita deste texto, devido a pouca distância temporal, as informações sobre estes acontecimentos não estavam disponíveis em livros didáticos de Geografia ou em bibliografia especializada, mas nos múltiplos veículos de comunicação.

⁷ “Os Acordos de Abraão [constituem] uma série de acordos bilaterais patrocinados pela administração do então presidente Donald Trump, pelos quais se buscava a normalização das relações entre Israel com vários Estados árabes do Golfo. Antes do ataque do Hamas em 7 de outubro, Israel estava prestes a normalizar as relações com a Arábia Saudita, um ato que se provaria como o último prego no caixão do Estado palestino” (Ritter, 2023).

Todavia, como advertem Heimerdinger e Schlosser (2017), os discursos que chegam às pessoas podem estar manipulados, de acordo com os interesses de seus produtores, que têm o poder da desenvoltura de uma notícia. Esta manipulação, tratada no decorrer do texto jornalístico, é uma espécie de formatação de ideias e sua estética. Dessa forma, “as Mídias dissipam discursos que são produzidos minuciosamente, onde primeiramente se define o que se busca induzir nos receptores e na sequência as palavras são escolhidas para construir um texto” (Heimerdinger; Schlosser, 2017, p. 46).

No tocante aos acontecimentos de 7 de outubro de 2018 em Israel, esses “discursos manipulados, produzidos minuciosamente”, citados no parágrafo acima, visavam induzir o público a adotar um posicionamento favorável ao Estado Sionista e contrário ao povo palestino:

A informação [na grande mídia brasileira] é relativamente simples. No dia 7 de outubro, uma organização, “carimbada” como “terrorista” pelo Estado de Israel e seus aliados, fez um ataque ao território israelense, no qual morreram 1400 israelenses – uma parte dessas pessoas civis, mulheres e crianças –, em ações também classificadas como “terroristas”. E Israel exerce seu direito à autodefesa, deflagrando um movimento militar de luta e perseguição contra essa organização “terrorista”, chamada Hamas. “Evidentemente, em toda guerra há ‘exageros’, mas Israel está exercendo seu direito à autodefesa”. Essa é a informação que chega até nós. Os responsáveis por esse cenário: os “terroristas” do Hamas. A vítima: o Estado de Israel. A reação: o ataque de Israel contra o Hamas na Faixa de Gaza. Há “exageros”? Sim, há exageros. Essa é a síntese do que é vinculado nos grandes veículos de comunicação (Altman, transcrição literal da palestra, 07 nov. 2023).

Levando em conta as manipulações presentes nas coberturas internacionais da imprensa hegemônica brasileira, consideramos que o repertório conceitual presente na Geografia Escolar, se bem trabalhado pelo professor em sala de aula, oferece um auspicioso contraponto crítico aos discursos geopolíticos da mídia e também na contextualização das múltiplas informações disponíveis na

internet sobre o conflito Israel-Palestina, dando a elas sentido histórico e espacial⁸.

Como já dizia Lacoste (1985), os conhecimentos geográficos sempre foram um saber estratégico, um instrumento de poder intimamente ligado a práticas estatais e militares.

A geografia é, de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tais práticas que exigem o conjunto articulado de informações extremamente variadas, heteróclitas a primeira vista, das quais não se pode compreender a razão de ser e a importância, se não se enquadra no bem fundamentado das abordagens do saber pelo saber. [...] São tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária, ao chefe supremo, àqueles que são os donos dos aparelhos de Estado. [...] desde que se tome consciência de que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço, que é a geografia, é um saber estratégico, um poder (Lacoste, 1985, p. 23).

A partir das premissas de Lacoste (1985), é possível identificar os conhecimentos geográficos que estão por trás dos ataques israelenses à Faixa de Gaza. Nesse sentido, Nassif (2023) lembra que as cidades mais atingidas pelos bombardeios israelenses – Gaza, Khan Younis, Rafah e Jabalia – estão localizados em uma área para a qual o governo de Tel Aviv possui um projeto (intitulado “Gaza MEZ”) que prevê a construção de um porto marítimo e uma rodovia. O porto seria usado para exportar mercadorias produzidas em Gaza, e a rodovia seria usada para transportar mercadorias entre Gaza e Israel. Trata-se, portanto, de criar a

⁸ Sobre esta questão, pesquisa conduzida por Ladeira (2018) constatou as seguintes dificuldades enfrentadas por docentes ao discutir a temática “geopolítica” na Geografia Escolar: formação inicial insuficiente (que negligencia o caráter pedagógico da ciência geográfica), complexidade das relações internacionais, falta de interesse de alguns alunos e ausência de conhecimentos sobre o funcionamento básico do maquinário midiático por parte do docente (o que dificulta a decodificação crítica dos textos sobre geopolítica presentes nos variados meios de comunicação de massa). Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, não oferece os subsídios necessários para um trabalho pedagógico satisfatório sobre conteúdos relacionados à geopolítica.

infraestrutura adequada para adaptar este espaço geográfico de acordo com as necessidades de circulação e acumulação capitalista⁹.

No tocante aos recursos naturais palestinos, Chossudovsky (2023) e Hajizadeh (2023) consideram que as incursões do exército israelense em Gaza não têm por objetivo apenas desmantelar o Hamas, sob alegação de “combate ao terrorismo”. Também há o interesse do Estado de Israel em controlar e se apossar das estratégicas reservas de gás naturais litorâneas na porção setentrional deste território palestino:

Primeiro, trata-se do gás e, em segundo lugar, da ocupação das terras em Gaza e do deslocamento de sua população para o Sinai. Tudo isso, aparentemente, com o objetivo de garantir o controle sobre as imensas reservas de gás localizadas nas costas de Gaza. Vale a pena destacar que vastas reservas de gás foram descobertas ao largo da costa de Gaza em 2000. [...] Deve-se observar que cerca de 60% das reservas de gás ao longo da costa entre Gaza e Israel pertencem à Palestina. [...] A ocupação militar de Gaza visa transferir a soberania sobre os campos de gás para Israel, um crime que viola o direito internacional e envolve massacres, para deslocar os palestinos até que os objetivos sejam alcançados. Tudo isso ocorre em meio à convivência de países árabes e ocidentais (Youssef Apud. El Khalili, 2023, s/p).

Não obstante, os conhecimentos geográficos também podem ser utilizados para distorcer e/ou manipular informações, transformando-se, assim, em materiais para propaganda de guerra no conflito Israel-Palestina.

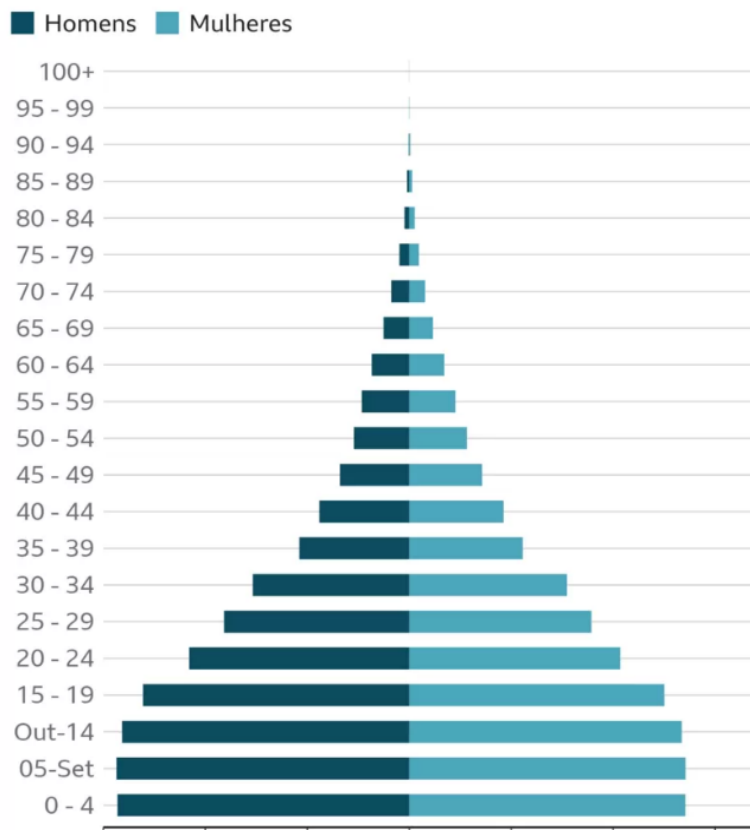
Em uma edição do *Jornal da Globo*, a apresentadora Renata Lo Prete, associou as mortes de três mil e quinhentas crianças (ocasionadas por ataques do exército israelense em Gaza, no intervalo de um mês) às características etárias da população daquela região.

⁹ Sobre a relação entre produção do espaço e destruição, Harvey (2004, p. 99) afirma: “A produção do espaço, a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais pré-existentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e forma de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e de trabalho”.

De fato, a Faixa de Gaza possui uma das populações mais jovens do planeta, com 48 % da população na estrutura etária entre os 0 e os 14 anos. A taxa de crescimento anual da população é de 3,7% e a esperança média de vida é de 72 anos (apresentado na Pirâmide Etária a seguir):

Figura 3 – Faixa de Gaza: Pirâmide Etária – 2022

A jovem população de Gaza
Estimativa de idade e gênero na Faixa de Gaza em 2023



Fonte: BBC Brasil (2023).

A base larga e o topo estreito, apresentados na Pirâmide Etária acima, indicam uma população majoritariamente jovem na Faixa de Gaza – região cuja Taxa de Natalidade é 3,9%; e a Taxa de Faculdade, 4 filhos por mulher (Árabe.News.CN, 2023). Todavia, Feltran (2023), adverte ser controverso analisar conflitos armados a partir da demografia, como feito por Renata Lo Prete, haja vista que os mísseis israelenses possuem GPS; logo podem atingir um determinado alvo com “precisão cirúrgica”. Isso significa que o exército de Israel

possui a tecnologia adequada para evitar ataques a regiões onde há altas concentrações de crianças.

Além das mídias tradicionais, as tecnologias digitais também foram utilizadas como *soft power* no conflito Israel-Palestina. Tani (2023) revelou que, após a invasão do território de Gaza pelo exército israelense, empresas privadas de satélite estadunidenses – como Planet Labs e Maxar Technologies – optaram por “borrar” imagens do norte de Gaza, com objetivo de ocultar a localização de tanques israelenses (imagens estas que vinham sendo usadas por jornais para relatar o que se passava no terreno). Aparentemente, a mudança ocorreu após uma reportagem do jornal *New York Times* detalhar o posicionamento das forças invasoras, fator que gerou preocupação em oficiais de segurança do governo dos Estados Unidos. Em outros termos, as imagens de satélite poderiam exibir para o planeta eventuais crimes de guerra cometidos por Israel.

Desse modo, a partir do exemplo acima, parafraseando o livro de Lacoste (1985), podemos inferir que “a Geografia não serve apenas para fazer a guerra”. No presente contexto geopolítico, a Geografia também serve para “ocultar a guerra”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a proposta de estudo aqui apresentada é inédita (haja vista que não encontramos trabalhos similares em procedimento de pesquisa realizado em sites de buscas, bases de dados acadêmicos, bibliotecas virtuais e catálogos online), consideramos que este artigo poderá ser utilizado como referencial em futuros trabalhos produzidos na ciência geográfica, de maneira geral, e na Geografia Escolar, em particular.

A “geopolítica atual”, em toda sua dinâmica cotidiana, como é o caso do conflito abordado neste trabalho, não está nos livros didáticos de Geografia ou nos currículos escolares; mas na mídia. Todavia, as coberturas da imprensa, em

geral, esgotam os acontecimentos em sua imediatidade, omitindo suas conexões e historicidades. Desse modo, é importante que as aulas de Geografia sejam espaços privilegiados para superar as interpretações superficiais e enviesadas presentes nos principais telejornais, sites e emissoras do Brasil.

Por outro lado, estamos devidamente cientes de que a Geografia não esgota as possibilidades de análise sobre a geopolítica palestina. Outras disciplinas presentes nas matrizes curriculares dos ensinos fundamental e médio – como História, Filosofia e Sociologia – também têm muito a oferecer para os debates sobre essa complexa questão.

No entanto, como vimos ao longo deste texto, um dos conceitos-chave da ciência geográfica, “território” – que enfatiza o exercício do poder no espaço geográfico – nos auxilia no entendimento das causas das animosidades entre israelenses e palestinos, sobretudo o expansionismo territorial que está no cerne do sionismo.

Sendo assim, a partir do momento em que estudantes e professores de Geografia da educação básica reconhecem o histórico de Israel, passam a ter referenciais sólidos para tecer críticas à política externa deste país e para debater a geopolítica palestina, em toda sua complexidade, sem o receio do *argumentum ad hominem* “antissemita”.

Nesse sentido, é possível equiparar o status da população árabe no Estado de Israel ao status dos negros no Apartheid da África do Sul; equiparar as ilhas de territórios palestinos desconexos na Cisjordânia aos bantustões sul-africanos; classificar o sionismo como um movimento colonialista/racista; conceber a expulsão de palestinos de sua terra natal por parte de Israel como “limpeza étnica”; comparar a situação dos moradores de Gaza a campos de concentração; considerar a resistência palestina a Israel não como “terrorismo”, mas “movimento anticolonial” e, principalmente, substituir a expressão “conflito Israel-Palestina” por “genocídio palestino”.

Consideramos que, em casos como a questão palestina, não basta à ciência geográfica objetividade e capacidade analítica; também é preciso se posicionar e se engajar em defesa dos povos oprimidos contra todo tipo de opressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ÁRABE.NEWS.CN. **Dois milhões e 375 mil pessoas são a população da Faixa de Gaza no final de 2022**, 5 de janeiro de 2023, Disponível em: <<http://arabic.news.cn/20230105/d4cd282fc5a44ff48c3cf460871f1e74/c.html>>. Acesso em: 17 de nov. 2023.

ADAS, Melhem; ADAS, Sérgio. **Expedições Geográficas** – Ensino Fundamental, 6º ano. 3. ed., São Paulo: Moderna, 2018.

ALTMAN, Breno. **Aula pública com Breno Altman: Palestina** – consequências nefastas do sionismo e imperialismo [Palestra], Universidade Estadual de Uberlândia (UFU) – Campus Santa Mônica. Uberlândia, 7 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uwpMrVClisuQ&t=1068s>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BLUMENTHAL, Max. October 7 testimonies reveal Israel's military 'shelling' Israeli citizens with tanks, missiles, **Grayzone**, October 27, 2023. Disponível em: <<https://thegrayzone.com/2023/10/27/israels-military-shelled-burning-tanks-helicopters/>> Acesso em: 16 nov. 2023.

BULBUL, Kudret. A segurança ou o expansionismo de Israel?, **TRT Português**, 18 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.trt.net.tr/portuguese/programas/2018/04/19/alparslan-turkes-foi-celebrado-no-21o-aniversario-da-sua-morte-952359>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BUZETTO, Marcelo. **A questão palestina: guerra, política e relações internacionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARAMURU, Bárbara. Al-Nakba e construção da palestinidadade. **Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 6, nº. 1, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cliio/article/view/43613>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CHOSSUDOVSKY, Michel. War and Natural Gas: The Israeli Invasion and Gaza's Offshore Gas Fields, **Global Research**, October 21, 2023. Disponível em: <<https://www.globalresearch.ca/war-and-natural-gas-the-israeli-invasion-and-gaza-s-offshore-gas-fields/11680>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

DAVIS, Uri Davis. **Apartheid Israel: Possibilities for the Struggle from Within**, London: Zed Books, 2004.

DEUTSCHE WELLE BRASIL. **Como ocorreu o ataque sem precedentes do Hamas a Israel**, Conflitos, 7 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-ocorreu-o-ataque-sem-precedentes-do-hamas-a-israel/a-67030011>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

DINIZ FILHO, Luís Lopes. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: IBPEX, 2009.

FELTRAN, Gabriel. In: FERREIRA, Yuri. Renata Lo Prete: especialista derruba tese de jornalista para justificar morte de crianças em Gaza, **Revista Fórum**, Política, São Paulo, 6 de novembro de 2023. Acesso em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2023/11/6/renata-lo-prete-especialista-derruba-tese-de-jornalista-para-justificar-morte-de-criancas-em-gaza-147206.html>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAJIZADEH, Hamid. Crise em Gaza: uma história complicada (Parte 2), **Canal Arte da Guerra**, São Paulo, 3 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://velhogeneral.com.br/2023/11/03/crise-em-gaza-uma-historia-complicada-parte-2/>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIMERDINGER, Camila; SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. Reflexões e concepções sobre as mídias: a possibilidade de análise dos discursos em sala de aula. **Revista Tamoios**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/29625>. Acesso em: 17 nov. 2023.

HEKER, Alexandre. In: KOBAYASHI, Eliza. Por que judeus e palestinos vivem em conflito?. **Nova Escola**, 6 de março de 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/332/por-que-judeus-e-palestinos-vivem-em-conflito>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HERZL, Theodor. **O Estado judeu**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1985.

LADEIRA, Francisco Fernandes. **A geopolítica mundial na mídia: conceitos, valores e discursos presentes no ensino de Geografia na educação básica**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, São João del-Rei, 2018.

MARCELINO, Jonathan da Silva. Por uma geografia decolonial: elementos para o ensino de África na educação básica. **Veredas da História**, [online], v. 14, n. 1, p. 36-63, jul., 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/51345>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

McKERNAN, Bethan. Hamas launches surprise attack on Israel as Palestinian gunmen reported in south. **The Guardian**. Jerusalem, Sat 7 Oct 2023. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2023/oct/07/hamas-launches-surprise-attack-on-israel-as-palestinian-gunmen-reported-in-south>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MELO, Joice Darlene de. **Representatividades étnicas-raciais em livros didáticos de Geografia, Diálogos com o pensamento Decolonial**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, São João del-Rei, 2023.

MENDEL, Jonathan. **The Creation of Israeli Arabic: Political and Security Considerations in the Making of Arabic Language Studies in Israel**, London: Palgrave Macmillan, 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Anna Blume, 2002.

NASSIF, Luís. O porto de Gaza por trás do genocídio palestino, **Jornal GGN**, São Paulo, 12 de novembro de 2023. Disponível em: <

<https://jornalgggn.com.br/destaques-luis-nassif/o-porto-de-gaza-por-tras-do-genocidio-palestino-por-luis-nassif/>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

O GLOBO. **Israel reduz para 1,2 mil o número de mortos no ataque do Hamas em 7 de outubro**, Mundo, Jerusalém, 11 de outubro de 2023. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/11/10/israel-reduz-para-12-mil-o-numero-de-mortos-no-ataque-do-hamas-em-7-de-outubro.ghtml>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

RADAHM, Ualid. **Como a mídia tradicional faz a cobertura do conflito Palestina x Israel** [Palestra]. Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, São Paulo, novembro de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dGoQFTXnvcI&t=1600s>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RITTER, Scott. The October 7 Hamas Assault on Israel, **Scott Ritter Extra**, nov. 13 2023. Disponível em: <<https://www.scottritterextra.com/p/the-october-7-hamas-assault-on-israel>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SALEM, Helena. **O que é a Questão Palestina**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SCHOENMAN, Ralph. **A História oculta do sionismo**. A verdadeira história da formação do Estado de Israel. São Paulo, Sundermann, 2008.

SHARMA, Akanksha. "Punição coletiva" de Israel contra civis de Gaza equivale a crime de guerra, afirma Anistia Internacional, **CNN Brasil**, 13 de outubro de 2023. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/punicao-coletiva-de-israel-contra-civis-de-gaza-equivale-a-crime-de-guerra-afirma-anistia-internacional/>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

STAROBINAS, Marcelo; FARAH, Paulo Daniel. Árabes e judeus têm origem genética comum, diz estudo, **Folha de São Paulo**, Mundo, São Paulo, 10 de maio de 2000. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1005200005.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PAPPE, Ilan. **A limpeza Étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

_____. **Dez mitos sobre Israel**. São Paulo: Tabla, 2022.

TANI, Max. Satellite companies are restricting Gaza images, **Semafor**, november 5, 2023. Disponível em: <https://www.semafor.com/article/11/05/2023/satellite-companies-are-restricting-gaza-images?utm_medium=media&utm_campaign=semaforstory&utm_source=newslettercta>. Acesso em 15 nov. 2023.

VACCHIANO, Andrea. Israeli ambassador calls Hamas attack on Israel 'truly unprecedented': 'This is our 9/11', **Fox News Channel**, October 7, 2023. Disponível em: < <https://www.foxnews.com/world/israeli-ambassador-calls-hamas-attack-israel-truly-unprecedented-9-11>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

YOUSSEF, Sam. In: EL KHALILI, Amyra. O que a mídia sionista não diz sobre o Hamas, **Opera Mundi**, Diálogos do Sul, São Paulo, 1º de novembro de 2023. Disponível em: < <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/mundo/83680/o-que-a-midia-sionista-nao-diz-sobre-o-hamas>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Submetido em: 12 de dezembro de 2023.

Aprovado em: 24 de maio de 2024.

Publicado em: 06 de julho de 2024.